

As outras mudanças que já estão decididas

Entre elas, a centralização do câmbio e a redução das importações.

Além de adiar o pagamento dos juros da dívida externa por três meses — que o governo anunciará conjuntamente hoje no Brasil e em Washington —, estão decididas outras medidas de ajuste das contas externas do País. O governo também centralizará as operações cambiais, iniciativa que não abrangerá as transações de comércio, e manterá a atual contenção nas importações de insumos e mercadorias estrangeiras. "Não tem sentido ficarmos importando fita magnética e disquetes de microcomputadores num momento em que as reservas estão baixas", disse ontem em Brasília, ao JT, uma autoridade econômica.

As reservas cambiais estão baixas, mas a atual política de contenção de importações elas são suficientes para um período superior a dois meses. O governo pretende assim, com anuência ou não dos credores privados internacionais, pilotar a economia nos próximos meses, conseguindo fôlego para sair da borracha em que ingressou por conta do ano de imobilismo e engessamento do Plano de Estabilização da Economia.

Melhor que em 82

Embora as reservas estejam baixas, em

nenhum momento o Banco do Brasil foi solicitado a cobrir buracos nos compromissos do Banco Central. Aliás, aquela autoridade econômica garantiu que as linhas de crédito do Banco do Brasil no Exterior mantêm o mesmo nível de seis meses atrás, podendo, é claro, cair agora com o anúncio do adiamento do pagamento dos juros. "A situação é difícil, mas não tem termo de comparação com a crise cambial de setembro de 1982, quando o governo gastou até a última gota de nossas reservas", recorda a fonte.

Naquela época, com a quebra de caixa do Banco do Brasil em Nova York, o governo de então jogou as operações brasileiras nas mãos de Paul Volker, presidente do Banco Central Americano, que destacou um funcionário do Bankers Trust para fechar diariamente as operações de crédito internacionais do Brasil. Agora, a situação não é tranquila, mas é diversa: "Ainda temos reservas e vamos sair dessa tempestade", disse o alto funcionário do governo.

No que se refere ao setor interno da economia, volta-se a falar num corte dos gastos públicos, ou seja, do consumo, o que

significa eliminar os subsídios hoje bancados pelo governo. O principal deles é o subsídio ao trigo, que no ano passado consumiu Cz\$ 24 bilhões do Tesouro e que, segundo a fonte, é uma das medidas a serem adotadas, talvez ainda esta semana, pelo governo. No próprio governo, contudo, existem pessoas incrédulas. "Sempre que a situação aperta eles dizem que vão cortar os subsídios e depois não fazem nada", afirmou um alto funcionário da Secretaria do Planejamento.

Tempestade

O corte no subsídio ao trigo aceleraria ainda mais a inflação, cujas previsões indicam que deverá ficar em torno de 17% em fevereiro só porque o governo decidiu brechar o realinhamento de preços iniciado no último dia 4. Cerca de 70% dos preços da economia foram ajustados, faltando ainda 30%. Para o assessor empresarial do Ministério de Fazenda, Paulo Francini, o problema não é numérico. "O fato de muitos preços já terem sido realinhados não significa que eles ficarão parados", afirmou. O problema é que, com o disparo do gatilho sala-

rial e aumento de outros custos, mesmo esses preços deverão sofrer novos realinhamentos.

Francini também usa a imagem da tempestade para explicar o momento pelo qual atravessa a economia. Se ao longo do ano passado, pensa ele, tivéssemos convivido com uma garoa fina, ou seja, com uma inflação de 3% ou 4% ao mês, não precisaríamos agora atravessar essa borracha. Por isso, ele recomenda: "Peguem suas capas e seus guarda-chuvas, que a tempestade vai continuar".

Empresários

Se a inflação de fevereiro chegar nos 17% — há economistas do governo que prevêem um nível mais alto — o gatilho salarial disparará no dia 1º de março próximo pela segunda vez para quase todos os assalariados, refazendo um reajuste acumulado de 44% só este ano. Mesmo assim, ele será insuficiente para repor o poder de compra dos salários ao nível alcançado em 1986. Apenas os trabalhadores com data-base em janeiro terão o reajuste do gatilho pela primeira vez.

Para a autoridade econômica ouvida pelo JT, a economia já entrou na recessão. As vendas e a produção estão em queda livre. Esse também é o entendimento do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco, que ontem reuniu, aqui em Brasília, os presidentes das federações estaduais da indústria para um seminário que foi aberto pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro. O ministro falou reservadamente com as lideranças da indústria. Ao final do encontro, um presidente de federação quis conseguir de Mário Amato, presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que conversava com os jornalistas, a sua concordância para a opinião de que Funaro não havia respondido nada.

"Para mim ele respondeu tudo", afirmou Amato, para quem a indústria agora "vai colaborar com o governo" — posição que, por parte do presidente da Fiesp, sem dúvida reflete a preocupação da indústria com a gravidade da situação.

Vicente Dianez Filho, de Brasília